

Marcilene Damasceno Xavier ¹
Orientador: Prof.^o Dr. Carlos José Trindade da Rocha ²

² Professor orientador: Pós-doutor em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal do Amazonas, UFAM, carlosjtr@hotmail.com.



próprias trajetórias. A educação e a ação comunitária surgem, nesse contexto, como ferramentas de emancipação e de promoção da equidade social.

Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa maior busca compreender as dinâmicas de territorialidade, movência e inclusão social no contexto amazônico, com foco nos processos de transformação e protagonismo dos sujeitos em projetos sociais.

Inspirado nos pressupostos de Paulo Freire (1996), entende-se que a prática educativa e os projetos sociais devem promover uma pedagogia da autonomia, na qual o diálogo e a conscientização crítica sejam elementos centrais na transformação das realidades locais. Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos e Meneses (2010) propõe as epistemologias do Sul como um projeto de valorização dos saberes locais e de enfrentamento à colonialidade do saber, destacando a importância dos conhecimentos produzidos nas margens das estruturas hegemônicas.

Assim, o estudo tem como objetivo analisar as movências em projetos sociais inclusivos desenvolvidos em Castanhal-PA, buscando compreender as estratégias de participação e valorização da diversidade que contribuem para o fortalecimento da equidade social e para o desenvolvimento comunitário na região. Ao identificar essas estratégias, pretende-se evidenciar como os projetos sociais se constituem em espaços de transformação, capazes de promover práticas emancipatórias e de ressignificar as relações entre sujeitos e territórios amazônicos.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como as práticas locais têm contribuído para a ampliação dos espaços de participação e para o fortalecimento das identidades socioculturais amazônicas, apontando para novas possibilidades de ação inclusiva e cidadã.

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada à compreensão das movências sociais e inclusivas desenvolvidas em projetos comunitários no município de Castanhal, localizado na região nordeste do estado do Pará. O município, reconhecido por sua diversidade cultural e pela atuação de organizações sociais, constitui um espaço privilegiado para a análise de práticas que valorizam a inclusão e o protagonismo dos sujeitos amazônicos.



Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados e as interpretações atribuídas pelos sujeitos aos fenômenos vivenciados, privilegiando o ambiente natural como fonte de dados. Para Creswell (2021), esse tipo de abordagem permite uma análise aprofundada das relações humanas e das práticas sociais, favorecendo a construção de interpretações contextualizadas e abertas à complexidade dos fenômenos.

Como caminhos metodológicos, a investigação foi estruturada em três etapas: 1) levantamento teórico e documental, envolvendo o estudo de referenciais sobre inclusão, movência e protagonismo social; 2) Coleta e organização de dados secundários, obtidos em documentos institucionais, relatórios, materiais de divulgação e registros visuais de projetos sociais atuantes em Castanhal-PA; 3) Sistematização e análise interpretativa, fundamentada na análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), buscando identificar categorias que expressassem práticas de inclusão, autonomia e transformação social.

Foram utilizadas como ferramentas de pesquisa a análise documental e a revisão bibliográfica integrativa, que, segundo Ludke e André (2018), permitem compreender a realidade estudada por meio de fontes escritas e narrativas institucionais, identificando valores, discursos e práticas de grupos sociais.

Os instrumentos de coleta de dados compreenderam o exame de relatórios, planos de ação, registros pedagógicos e produções disponíveis publicamente nos acervos das instituições e nas plataformas digitais dos projetos sociais. Não houve realização de entrevistas ou observações diretas, mantendo-se a natureza documental do estudo.

Além das etapas descritas, a pesquisa incluiu o mapeamento de instituições governamentais e não governamentais atuantes em Castanhal-PA, identificadas por meio de relatórios institucionais, planos de ação e materiais públicos.

Os dados obtidos foram agrupados em categorias analíticas como protagonismo social, diversidade cultural, movência identitária e educação inclusiva e analisados à luz dos referenciais teóricos de Freire (1996), Santos e Meneses (2010) e Castro e Alves (2019), de forma a interpretar como os projetos sociais expressam práticas emancipatórias e participativas no contexto amazônico.

No que se refere aos aspectos éticos, o estudo não envolveu diretamente seres humanos, restringindo-se à análise de materiais de domínio público. Por essa razão, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme orienta a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.



Dessa forma, os caminhos metodológicos adotados asseguram rigor teórico e coerência ética, permitindo compreender as movências e os processos inclusivos como expressões do protagonismo social e cultural na Amazônia Paraense.

MOVÊNCIA, TERRITÓRIO E EMANCIPAÇÃO NA AMAZÔNIA

O referencial teórico deste estudo está fundamentado na confluência de eixos conceituais que buscam analisar as movências em projetos sociais inclusivos na Amazônia Paraense. Essa articulação teórica sustenta a compreensão das práticas locais de inclusão como movimentos de resistência, diálogo e reconstrução de sentidos no território.

A pesquisa adota o conceito de movência, que remete ao deslocamento, à adaptação e à construção coletiva de novos sentidos de pertencimento e de atuação social. Essa movência se revela como um movimento dinâmico de transformação, no qual sujeitos historicamente marginalizados se tornam protagonistas de suas próprias trajetórias.

A movência é articulada à dimensão territorial, essencial para o contexto amazônico. A compreensão das movências em projetos sociais inclusivos na Amazônia requer um diálogo entre diferentes perspectivas teóricas que abordam a relação entre território, diversidade cultural, protagonismo social e inclusão.

O conceito de movência pode ser articulado à noção de territorialidade múltipla proposta por Haesbaert (2021), que defende a existência de territórios vividos de forma dinâmica e relacional. Essa perspectiva é particularmente relevante para o contexto amazônico, onde os sujeitos se movem entre espaços físicos, simbólicos e institucionais em busca de pertencimento e reconhecimento.

A noção de movência não se limita ao deslocamento espacial, mas abrange também processos de transformação social, cultural e simbólica. Segundo Hall (2020), as identidades e práticas sociais estão em constante reconstrução, moldadas pelas dinâmicas de interação e mudança presentes nas comunidades. Nessa perspectiva, os projetos sociais inclusivos promovem movências que ultrapassam o território físico, possibilitando o reconhecimento, a participação e a ressignificação das experiências coletivas.

Clifford (2011) reforça essa visão ao afirmar que o movimento humano envolve trajetórias culturais e simbólicas, nas quais sujeitos e grupos se reinventam a partir de novos contextos de convivência e diálogo. Assim, a movência manifesta-se como um



processo de mobilidade e transformação social, fundamental para compreender as práticas inclusivas no âmbito municipal.

A discussão sobre inclusão e emancipação social encontra respaldo nos pressupostos da educação libertadora e na valorização dos saberes locais:

A educação e a conscientização crítica são essenciais para fortalecer o protagonismo dos indivíduos, promovendo sua autonomia dentro das ações sociais. Freire (1996) propõe uma pedagogia da autonomia baseada no diálogo, na conscientização crítica e na ação transformadora, defendendo que a educação é um ato político que deve possibilitar aos sujeitos tornarem-se protagonistas de suas próprias trajetórias. Os projetos sociais inclusivos podem ser compreendidos como espaços pedagógicos de emancipação.

A valorização dos saberes e ações locais é crucial na formulação de políticas inclusivas. Santos e Meneses (2010) propõe as Epistemologias do Sul como um projeto de valorização dos saberes locais e de enfrentamento à colonialidade do saber.

Essa perspectiva aprofunda a Interculturalidade e Saberes Locais ao ser compreendida não como mera coexistência entre culturas, mas como prática política de enfrentamento à colonialidade do saber e do poder (Walsh, 2019). A autora propõe uma abordagem decolonial, valorizando as vozes historicamente silenciadas, o que contribui para compreender os projetos sociais amazônicos como espaços interculturais.

O estudo se aprofunda na dimensão do protagonismo e da inclusão como um processo político e cultural que transcende o espaço escolar, alcançando também as práticas sociais e comunitárias. Gohn (2009) destaca que os movimentos e projetos sociais se configuram como espaços de formação política e de exercício da cidadania, nos quais os sujeitos constroem identidades coletivas e reivindicam direitos.

O protagonismo nos projetos inclusivos se manifesta, muitas vezes, no ativismo familiar e comunitário, especialmente das mães. Moreira (2022) analisa esse movimento como uma política legítima de cuidado e reivindicação, que redefine as relações entre deficiência, gênero e militância social.

A contribuição de Diniz (2007) compreende a deficiência como uma questão de justiça social, e não apenas de saúde ou educação. Para a autora, o capacitismo deve ser enfrentado por meio de políticas e práticas inclusivas que promovam autonomia e participação plena. Nesse sentido, os projetos sociais tornam-se espaços de contestação e de reconstrução simbólica.

Essa articulação teórica fundamentada na confluência de territorialidade, educação emancipatória e protagonismo social sustenta a análise dos projetos sociais



inclusivos em Castanhal-PA, evidenciando como as práticas locais promovem a transformação social e o fortalecimento de identidades na Amazônia Paraense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento e a análise dos dados secundários, obtidos em documentos institucionais, relatórios, registros visuais dos projetos sociais atuantes, revelaram o papel fundamental dessas iniciativas na construção de práticas inclusivas voltadas à educação, cultura e cidadania. Muitas dessas iniciativas estão vinculadas a escolas, organizações comunitárias que desenvolvem ações que articulam saberes locais, sustentabilidade e valorização da diversidade.

O quadro foi elaborado como instrumento de sistematização dos dados documentais, reunindo informações sobre o tipo de atendimento e o público-alvo das iniciativas inclusivas. As instituições foram agrupadas em dois eixos: Governamentais, vinculadas às políticas públicas de educação, saúde e assistência social; Não governamentais, compostas por associações comunitárias e projetos sociais.

Quadro 1: Instituições governamentais e não governamentais atuantes em projetos sociais inclusivos no município de Castanhal-PA.

INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS			INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS		
INSTITUIÇÃO	ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO	PÚBLICO-ALVO	INSTITUIÇÃO	ESPECIFICIDADE DO ATENDIMENTO	PÚBLICO-ALVO
APPS - Associação dos Pais	Equoterapia, fonoaudiologia, pedagogia	PCDs e necessidades especiais	Centro de Referência em Educação Especial	Atendimento especializado, formação continuada, assessoramento	Alunos com deficiência e altas habilidades
APAE	Assistência social, saúde, educação, arte e esporte	Pessoas com deficiências	CRAS	Trabalho social continuado com famílias	Famílias
Associação de Pais e Amigos dos Autistas	Garantia de direitos e políticas de qualidade	Pessoas com TEA	CAPS	Grupos terapêuticos, atendimento médico e psicológico	Pessoas com transtornos mentais graves
Associação Mãos Dadas Cromossomos 21	Inclusão e conscientização sobre Trissomia 21	Pessoas com Síndrome de Down	CEAPA	Equipe multiprofissional (fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia)	Crianças com TEA
Associação dos Surdos	Defesa de direitos sociais	Pessoas Surdas	Conselho Municipal	Fomento às políticas públicas municipais	Pessoas com Deficiência
Projeto ASA	Mobilização e palestras inclusivas	Pessoas com deficiências	Unidades de Saúde	Rastreamento de TEA, TDAH e TOD	Pessoas com transtornos do desenvolvimento
Comissão OAB/PA	Luta por direitos e acessibilidade	Pessoas com deficiências			

Fonte: Elaboração própria (2025)

Essa categorização permitiu compreender a movência institucional e social existente nas ações inclusivas, destacando articulações entre o poder público e a sociedade civil. O quadro, portanto, reforça o vínculo entre a metodologia e as categorias analíticas



do estudo protagonismo, saberes locais e educação inclusiva evidenciando como essas práticas fortalecem o protagonismo e a equidade no contexto amazônico.

A sistematização e a análise interpretativa permitiram agrupar os achados empíricos em categorias analíticas que expressam práticas de inclusão, autonomia e transformação social. A análise documental dos relatórios, planos de ação e registros dos projetos sociais em Castanhal-PA revelou que essas iniciativas, desempenham um papel fundamental na construção de práticas inclusivas voltadas à educação, cultura e cidadania. Os dados obtidos foram agrupados em três categorias analíticas principais, que sintetizam as estratégias e a natureza da movência social e inclusiva no município:

Quadro 2: Categorias Analíticas e Sistematização dos Achados Empíricos

Categoria Analítica	Descrição dos Achados Empíricos	Conexão com o Tema e Referenciais Teóricos
1. Protagonismo e Autonomia	Os participantes são incentivados a atuar como sujeitos de transformação social, construindo coletivamente soluções para os desafios de suas comunidades. Essa prática fortalece o protagonismo e a autonomia dos indivíduos.	Alinhado à perspectiva freiriana da Pedagogia da Autonomia, onde o diálogo e a conscientização crítica são centrais para a transformação das realidades locais. A movência se revela na transformação das trajetórias pessoais.
2. Interculturalidade e Saberes Locais	As práticas reconhecem e valorizam as expressões culturais amazônicas, promovendo a valorização da diversidade cultural e social. Há um fortalecimento dos vínculos identitários e dos saberes locais.	Em diálogo com as Epistemologias do Sul (Santos e Meneses, 2010), que valorizam os saberes locais e enfrentam a colonialidade do saber, destacando conhecimentos produzidos nas margens. Contribui para a valorização da diversidade e da identidade sociocultural amazônica.
3. Educação Inclusiva e Formação Cidadã	É dada ênfase a metodologias participativas e à promoção de direitos, alinhando-se à perspectiva de educação libertadora. Promove a conscientização crítica e a equidade social.	Corroborar a ideia de que a educação e a ação comunitária são ferramentas de emancipação e que a conscientização crítica é essencial para o fortalecimento do protagonismo.

Fonte: Elaboração dos autores, (2025)

Os resultados da pesquisa confirmam que os projetos sociais analisados estão alinhados ao objetivo de promover a inclusão e a equidade por meio de estratégias participativas e de valorização da diversidade. A movência identificada revela-se como um movimento dinâmico de transformação, onde os sujeitos sociais tornam-se protagonistas de suas próprias trajetórias.



A análise dos projetos sociais inclusivos em Castanhal-PA revelou que esses espaços se constituem como ambientes de transformação, nos quais sujeitos historicamente marginalizados assumem papéis de protagonismo e constroem novas formas de participação social. Observou-se que a movência, entendida como deslocamento, adaptação e ressignificação das trajetórias, acontece por meio do engajamento ativo dos participantes, do fortalecimento da autonomia e da construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados nas comunidades. Essa dinâmica está alinhada à pedagogia da autonomia de Paulo Freire, que defende o diálogo e a conscientização crítica como caminhos para a emancipação.

Os dados apontam que há uma rede diversificada de iniciativas inclusivas no município, envolvendo tanto entidades comunitárias quanto instituições públicas. As ações identificadas abrangem educação, saúde, assistência social, terapias, defesa de direitos, sensibilização e formação cidadã. Essa pluralidade de práticas evidencia que a inclusão não se limita à presença física dos sujeitos, mas envolve a criação de condições para participação, pertencimento e valorização da diversidade. Nesse sentido, os projetos sociais tornam-se espaços de movência, onde o protagonismo e a autonomia são incentivados, fortalecendo o papel dos indivíduos como agentes de transformação social.

A primeira categoria analítica, protagonismo e autonomia, revelou que muitos projetos e associações são liderados por familiares, especialmente mães, que lutam por direitos e estruturam ações de apoio às pessoas com deficiência ou necessidades específicas. Esse protagonismo familiar demonstra a força das mobilizações comunitárias e a capacidade de organização social a partir das vivências locais.

As entidades não governamentais, como associações de pais e projetos comunitários, evidenciam o protagonismo familiar especialmente materno na luta por direitos e na construção de espaços de acolhimento e cuidado. Esse ativismo parental, conforme Moreira (2022), configura-se como uma política legítima de cuidado e reivindicação, influenciando agendas inclusivas e anticapacitistas.

Tal protagonismo dialoga diretamente com a categoria analítica de Protagonismo e Autonomia, destacada neste estudo, reforçando a ideia de que os sujeitos sociais se tornam agentes ativos na transformação de suas realidades. A atuação dessas lideranças confirma que a movência ocorre quando os sujeitos deixam de ser objetos de políticas e passam a construir caminhos de participação e decisão.

A segunda categoria, interculturalidade e saberes locais, destacou que as práticas dos projetos valorizam as identidades socioculturais amazônicas, reconhecendo os



saberes das comunidades e fortalecendo vínculos territoriais. Essa perspectiva dialoga com as Epistemologias do Sul, ao afirmar a importância dos conhecimentos produzidos fora dos centros hegemônicos e ao enfrentar a colonialidade do saber. A inclusão, nesse contexto, não é apenas técnica, mas cultural e política, respeitando as especificidades do território e promovendo novas formas de existir e resistir.

A terceira categoria de análise, Educação Inclusiva e Formação Cidadã, revelou que tanto os projetos sociais quanto as instituições desenvolvem ações fundamentadas em metodologias participativas, na promoção de direitos e na conscientização social. Essa ênfase alinha-se à perspectiva de uma educação libertadora.

A atuação dessas iniciativas reforça o papel da educação como instrumento de emancipação e promoção da equidade social. Os serviços oferecidos, como o atendimento educacional especializado, as formações continuadas, os serviços de saúde mental e as atividades de sensibilização, permitem que os projetos sociais ultrapassem o assistencialismo, afirmando-se como espaços pedagógicos de diálogo, participação e construção de cidadania.

No campo da educação inclusiva, é relevante a atuação do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado, que oferece suporte técnico e formativo a educadores da rede pública. Essa prática corrobora a perspectiva freiriana da pedagogia da autonomia, onde o diálogo e a conscientização crítica são centrais para a transformação e emancipação dos sujeitos. A articulação entre metodologias participativas e promoção de direitos evidencia que os projetos sociais e as instituições públicas se constituem como importantes espaços de movência e transformação.

Apesar dos avanços, os resultados também revelaram desafios importantes. A falta de articulação entre instituições, a sobreposição de serviços e a limitação de recursos, especialmente nas iniciativas comunitárias, dificultam o fortalecimento de uma rede integrada de inclusão. Essas fragilidades demonstram a necessidade de políticas públicas intersetoriais, cooperação entre diferentes setores e estratégias de comunicação acessível para ampliar o alcance das ações e garantir maior efetividade.

Em síntese, os resultados confirmam que os projetos sociais em Castanhal-PA promovem práticas inclusivas que articulam protagonismo, valorização dos saberes locais e formação cidadã. A movência se manifesta como um processo dinâmico de transformação individual e coletiva, no qual os sujeitos se tornam protagonistas de suas próprias trajetórias. Ao reconhecer e fortalecer essas iniciativas, abre-se caminho para a



construção de uma sociedade mais justa, participativa e respeitosa com a diversidade, consolidando a inclusão como prática cotidiana e emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que os projetos sociais inclusivos desenvolvidos em Castanhal-PA constituem espaços de movência e transformação social, onde os sujeitos historicamente marginalizados passam a exercer papéis de protagonismo e autonomia. As práticas analisadas revelam a importância das ações coletivas e interinstitucionais que articulam políticas públicas e iniciativas comunitárias em prol da inclusão e da equidade social na Amazônia Paraense.

A pesquisa demonstrou que a movência, compreendida como deslocamento, adaptação e ressignificação, manifesta-se não apenas no território físico, mas também nos processos simbólicos e identitários que atravessam as experiências dos participantes. Nessa perspectiva, a inclusão social e educacional emerge como prática de emancipação, sustentada pelo diálogo, pela valorização dos saberes locais e pelo reconhecimento das diversidades.

Os resultados indicam que a articulação entre instituições governamentais e não governamentais amplia as possibilidades de atuação intersetorial, fortalecendo as redes de apoio e a construção coletiva de soluções locais. Ainda assim, persistem desafios, como a fragilidade na integração das políticas e a limitação de recursos, o que reforça a necessidade de estratégias contínuas de cooperação, formação e investimento público.

As práticas inclusivas observadas reafirmam a relevância da educação libertadora, da interculturalidade e das epistemologias do Sul como fundamentos teóricos e políticos para compreender a realidade amazônica. As movências sociais identificadas traduzem um movimento de resistência e criação, no qual as comunidades reinventam suas formas de existir, ensinar e aprender.

Assim, os projetos sociais de Castanhal configuram-se como laboratórios vivos de cidadania e inclusão, apontando caminhos para políticas públicas mais sensíveis às diversidades regionais. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento da análise sobre os impactos dessas ações na formação cidadã e na consolidação de uma rede amazônica de práticas inclusivas que valorizem a autonomia e o protagonismo dos sujeitos locais.

REFERÊNCIAS



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CASTRO, Paula Almeida de; ALVES, Cleidiane de Oliveira Sousa. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **e-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 16, p. 3–25, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2018.38786>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/38786>. Acesso em: 21 out. 2025.

CLIFFORD, James. **Rotas: viagem e tradução no final do século XX**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 408 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/54579/2/freire-pedagogia-da-autonomia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed., 3. reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020. 64 p. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. ISBN 978-85-8316-007-6. Disponível em: https://statics-americanas.b2w.io/produtos/5342741829/documentos/5342741829_1.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2018.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. Configurações do ativismo da parentalidade atípica na deficiência e cronicidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3939-3948, set./out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07572022>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [organizadores]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 5, n. 1, p. 6-39, 2019.



DOI: <https://doi.org/10.15210/rfdp.v5i1.15002>. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em:
20 out. 2025.

